

Mulheres negras, violência e saúde mental

Black women, violence and mental health

Ana Carolina Bondezan Nogueira* 

Resenha do livro *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*, de Raquel Gouveia Passos

No livro *Na mira do fuzil: a saúde das mulheres negras em questão*, Rachel Gouveia Passos pesquisa um assunto ainda pouco abordado cientificamente e de fundamental relevância social: o sofrimento e o adoecimento psicológico causados pelo longo ciclo de violência sofrido por mulheres negras e seus múltiplos impactos, objetivos e subjetivos. Através da perspectiva decolonial e interseccional, a autora aborda a relação entre racismo, psiquiatria, direito e os processos de subjetivação das mulheres negras.

O livro foi elaborado a partir do estudo de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGD/PUC-RJ), através de uma pesquisa qualitativa realizada com mães e familiares vítimas da violência do Estado. Partindo do interesse na saúde mental das mulheres negras, a autora buscou entender o “crescimento da medicalização, patologização, psiquiatrização do sofrimento e adoecimento psíquico” (Passos, 2023, p. 19), como uma forma de resposta do Estado, que negligencia suas dores e as culpabiliza.

O livro possui cinco capítulos. No primeiro, intitulado *Fábrica de marginais*, a autora aponta a banalização da violência e do racismo contra os negros e os efeitos subjetivos e morais. Neste caminho, traz para o livro as contribuições de Franz Fanon, para “identificar como na formação colonialista, racista, patriarcal, elitista e classista brasileira forjou-se uma noção de negritude que moldou a experiência do ‘não-ser’ (mulher) negra” (Passos, 2023, p. 29). Fanon aponta como os colonizados e racializados eram qualificados através de uma visão idealizada do homem branco, europeu, localizando-o como “não ser”, “não homem”, o que estratifica a humanidade.

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.80436>

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: carolinabondezan@gmail.com.

Como citar: NOGUEIRA, A. C. B. Mulheres negras, violência e saúde mental. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 54, pp. 220-225, jan./abr. 2024. Resenha da obra: PASSOS, R. G. *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. São Paulo: Hucitec, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.80436>

Recebido em 25 de setembro de 2023.

Aprovado para publicação em 24 de outubro de 2023.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Ao longo do livro a autora traz a perspectiva decolonial de Aníbal Quijano, que define como “o capitalismo mundial foi desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (Quijano *apud* Passos, 2023, p. 32). Logo, dentro desta perspectiva, a modernidade constituiu uma forma de saber-poder, que nega e destrói as identidades, tradições, culturas, religiões etc.

[...] é pelo debate modernidade/colonialidade que conseguimos virar do avesso, ou melhor, trazer raça e racismo como espinha dorsal da análise, para a compreendermos os contornos do ‘não-ser’ (mulher) negra na sociedade brasileira, sustentado e propagado pela psiquiatria. Na constituição de uma humanidade hierarquizada pela sua racialização e generificação institui-se uma noção fetichizada e universal de ser que é sustentada pela concentração de poder e saber eurocêntrico. Ao decolonizar a organização do sistema mundo também localizamos o saber e poder psiquiátrico e seu maquinário desvelando sua funcionalidade na manutenção daqueles considerados ontologicamente perigosos, violentos e irracionais. (Passos, 2023, p. 22).

A partir do conceito de colonialidade, Rachel Gouveia Passos busca entender como estas mulheres, com seus corpos e subjetividades marcadas pela exploração e opressões de gênero, raça, classe em seu cotidiano, e com sua feminilidade e maternidade negadas, são inseridas numa lógica do “*cuidado colonial ou colonialidade do cuidado*” (Passos, 2023 – grifos no original), não podendo ser mulher e nem mãe, sendo seu papel o de promover os cuidados das famílias e crianças brancas.

O segundo capítulo, *Crimes da paz*, resgata as bases colonialistas e racistas construídas historicamente na psiquiatria, destacando a perspectiva pineliana (Phillippe Pinel) e sua racionalidade, que definia quais comportamentos eram normais e quais não eram, identificando diferenças como doenças. Esta perspectiva ajudou a moldar a noção de “classes perigosas” no Brasil, sempre voltada à negação dos negros, buscando pacificá-los, retirá-los e apagá-los da identidade nacional. Os traumas psicossociais causados por este tipo de sociabilidade violenta expressam a ideia de que a produção sistemática da morte e o sofrimento psíquico causado pela colonialidade forjam um estado permanente de guerra, objetivando o extermínio contínuo do inimigo, conforme a ideia presente na produção de Achille Mbembe.

A guerra às drogas perpetrada pelo Estado nos territórios de favelas e periferias contra a população negra e pobre, abordada por Passos no terceiro capítulo, *Mães de bandido*, é expressão do estado permanente de guerra direcionada para aniquilar os inimigos, ou seja, “os condenados da terra”. Este estado atravessa toda a existência das mães e familiares vítimas da violência e molda todo o processo de sofrimento e adoecimento. A violência estatal decorrente deste terror colonial amplia suas formas de controle com a medicalização e farmacologização das mães e familiares, através do que a autora chama de complexo industrial-prisional-manicomial-farmacêutico.

No quarto capítulo, chamado *A favela não é abatedouro*, Passos debate a saúde mental brasileira historicamente marcada pelo racismo e eugenia, com suas práticas de isolamento, internação, manicômios, que reforçam a violência do complexo industrial-prisional-manicomial-farmacêutico, mantendo as hierarquias raciais e sociais. A autora resgata a Luta Antimanicomial como questionamento, mostrando as disputas em torno das concepções de Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas e da Reforma Psiquiátrica. Passos aponta que a “luta-antimanicomial esteve atrelada às lutas do conjunto da classe trabalhadora”, indicando a lógica manicomial como “fruto da exploração e das opressões da sociedade capitalista” (Passos, 2023, p. 93-94).

A partir das experiências das mães vítimas de violência, que tiveram as vidas marcadas por processos de sofrimentos e adoeceram ao lidar com o luto, a autora aponta a importância do cuidado como expressão da (re)existência. Em territórios marcados pela violência, é na potência do encontro e organização das mulheres e mães que recursos subjetivos são construídos com trocas de afetos e experiências, auxiliando os sujeitos a existirem para além da dor, através de redes de suporte e escuta. É importante dizer que, em muitos casos, estes recursos se transformam em combustíveis para a luta por justiça e memória, como visto nas organizações e coletivos criados pelo país por estas mulheres.

No último capítulo, *Somos todos órfãos?*, Rachel Gouveia Passos “invoca as sabedorias ancestrais, saber e comunicação com a prática em encruzilhada, para combater a colonialidade”. Traz a experiência dos quilombos e, em particular, a do Quilombos dos Palmares como um grande marco de organização e resistência negra contra a escravidão, configurando as primeiras expressões de luta de classes no Brasil, contra a exploração colonial dos primeiros inimigos, “o ponto de partida para uma outra noção” que “ressignifica a imagem do negro contornada pela branquura” (Passos, 2023, p. 112).

Na conclusão deste trabalho, Passos defende que a atenção psicossocial só pode existir em seu caráter antimanicomial, antirracista e decolonial, e como forma de reconhecer e superar a influência higienista, eugênica e racista, que impacta a saúde mental. Neste sentido, a autora conclui que, para a construção de novas práticas de “saber-poder não colonizadas”, a Clínica da Delicadeza é uma saída, pois, numa perspectiva que rompe com a “exploração e opressões que forjam afetos, as relações, o trabalho e as instituições [...], há uma delicadeza para proporcionar um cuidado em saúde mental que não seja violento e destruidor” (Passos, 2023, p. 122). Trata-se de uma forma de cuidado horizontal, baseada na construção coletiva, capaz de negar o silenciamento e de decolonializar a saúde mental e o maquinário manicomial, que opera a destruição da população negra, sendo, assim, anticolonial, antirracista e anticapitalista (Passos, 2023).

Raquel Gouveia Passos traz uma relevante contribuição com suas reflexões acerca dos impactos na vida e na saúde mental das mulheres negras, permeadas por uma vio-

lência muito além da letalidade policial, que mata seus familiares, fruto de uma longa experiência teórica e prática expressa neste livro. É importante apontar que existem outras perspectivas distintas da pós-estruturalista e decolonial, como a perspectiva marxista, que também contribui para as reflexões acerca da violência estatal no capitalismo. Muito embora este debate mereça ser bastante aprofundado, faremos alguns apontamentos iniciais, em diálogo com algumas discussões presentes neste trabalho.

O primeiro diz respeito à concepção de “guerra permanente”, que norteia o livro de Passos e de Achille Mbembe, um dos mais importantes autores no debate sobre racismo na atualidade, criador do conceito de necropolítica (que não é utilizado diretamente no livro), com uma diferenciação da noção de biopolítica de Foucault. Partindo da crítica ao neoliberalismo, chega à conclusão de que a noção de biopoder não é capaz de explicar as formas atuais de gerenciamento de morte decorrentes do racismo e da xenofobia, porque não são exercidas pelo controle da vida e regulamentação dos corpos, como Foucault propõe, e sim pelo contrário. No entanto, mantém a essência do pensamento foucaultiano no sentido de não distinguir “Guerra e Paz”, defendendo a ideia de que “[...] os regimes democráticos são na verdade, permanentes estados de exceção, nos quais regem a guerra civil e a legalização da arbitrariedade” (Parks; Ishibashi, 2021, p. 293). Esta concepção não distingue os diferentes regimes capitalistas (democracia, bonapartismo, fascismo etc.) e sua implicação como política social e econômica, que incide também na prática sistemática de assassinatos de negros, indígenas, povos tradicionais, dentre outros.

Neste sentido, tal como em Foucault, para Mbembe e Passos há uma ausência de resposta para as seguintes questões: qual é a motivação capitalista para o gerenciamento das mortes negras e quais são os interesses por trás da prática de repressão e assassinato sistemático de pessoas negras? O sistema capitalista, com suas instituições e engrenagens, se move a partir das necessidades de exploração do trabalho, se imbricando com variadas formas de opressão para ampliar suas taxas de lucro e estabelecer seus mecanismos de coerção e consenso. Portanto, o que norteia as necessidades de acumulação capitalista não é, por si mesma, a “aniquilação da população negra”, mas sim a tentativa de que negros e pobres continuem compondo a força de trabalho mais barata, precarizada e atomizada. Para isso, é ímpar a manutenção de alta letalidade policial, como mecanismo de subjugação, prática de controle e forma de lidar com a desigualdade e a pobreza, com base na criminalização, repressão e difusão do medo, entre outros modos coercitivos.

O capitalismo precisa da polícia tanto quanto do racismo, pois são fatores estratégicos em sua lógica. A violência no capitalismo está interligada ao trabalho assalariado e, obviamente, profundamente permeada pelo racismo no Brasil. Todavia, ela está determinada sobretudo pelo caráter de classe e das relações que daí se depreendem. Sob direção burguesa, busca-se reprimir e/ou suprimir qualquer possibilidade de resistência que

defenda outro modo de produção ou, ainda, para impor novas formas de exploração em momentos de crise, mantendo-se como sistema hegemônico.

No país em que a precarização do trabalho tem rosto de mulher negra, a luta por justiça contra a violência do Estado também tem essa face. É fato que os jovens negros, majoritariamente pobres e moradores das periferias e favelas, são o principal alvo da letalidade policial. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, cerca de 83% dos mortos pela polícia em 2022 no Brasil eram negros, 76% tinham entre 12 e 29 anos. Estes dados escancaram que a violência policial e o caráter de classe do Estado capitalista produzem mortes sistemáticas de pessoas negras, pobres, homens, mulheres e crianças, impunemente, todos os dias nas favelas e periferias. A violência policial não termina com a bala nos corpos negros; ela deixa um rastro de destruição, despedaçando famílias que, além de lutarem por justiça, precisam lutar pela memória de seus familiares, transformados em criminosos pela polícia e pela opinião pública (Cacau, 2021, p. 214).

Desta discussão depreende-se também a forma de encarar os sujeitos, sendo desnecessária a separação entre a produção de conhecimento dos setores oprimidos e as potencialidades revolucionárias, já vistas historicamente nas lutas da classe trabalhadora, de negros, indígenas, mulheres, LGBTQs, quilombolas etc. A perspectiva de luta antirracista no Brasil e no mundo está intimamente ligada a uma disruptiva contra o capitalismo e que, portanto, exige uma perspectiva crítica e revolucionária.

Nesta disruptiva podemos enxergar potencialidades de transformação também no terreno da saúde mental. Os transtornos relacionados à saúde mental atingem cada vez mais pessoas no mundo e são resultantes de um sistema que existe para explorar e oprimir. Neste sentido, se torna ainda mais notável que, frente a tanta dor e exploração, mulheres como Tereza de Benguela, Luiza Mahin, Dandara e outras tantas lutadoras conseguiram ressignificar suas histórias e protagonizar lutas por liberdade. Esta força e legado residem nas mãos vítimas da violência do Estado, como as Mães de Manguinhos e as Mães de Maio, que transformaram o luto em luta. Estas mulheres são inspirações para que sigamos no combate a fim de acabar com este sistema que gera violência e sofrimento.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

CACAU, C. Mulheres negras e o papel da polícia: vidas ceifadas e sonhos destruídos. *In: PARKS, L.; ASSIS, O.; CACAU, C. (Org.). Mulheres negras e marxismo*. São Paulo: Edições Iskra, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2023/07/anuario2023.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

PARKS, L.; ISHIBASHI, S. Um debate com Mbembe e a tese da necropolítica em tempos de pandemia. *In: PARKS, L.; ASSIS, O.; CACAU, C. (Org.). Mulheres negras e marxismo*. São Paulo: Edições Iskra. 2021.

PASSOS, R. G. *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. São Paulo: Hucitec, 2023.